



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10855.000393/00-73
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3302-006.808 – 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	24 de abril de 2019
<b>Matéria</b>	AUTO DE INFRAÇÃO - PIS
<b>Recorrente</b>	SYMRISE AROMAS E FRAGRANCIAS LTDA.
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Período de apuração: 01/01/1995 a 30/09/1995, 01/11/1995 a 28/02/1996, 01/01/1999 a 31/05/1999

**DILIGÊNCIA. PAGAMENTO PARCIAL DO DÉBITO**

Exclui-se do lançamento fiscal o débito parcialmente quitado e admitido na diligência realizada nos autos.

**DCTF. CONFISSÃO DE DÍVIDA. AJUIZAMENTO. COBRANÇA ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE.**

O débito confessado em DCTF e ajuizado judicialmente não pode ser cobrado posteriormente na esfera administrativa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, em dar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Paulo Guilherme Déroulède - Presidente.

(assinado digitalmente)

Walker Araujo - Relator.

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Paulo Guilherme Déroulède (presidente da turma), Corintho Oliveira Machado, Jorge Lima Abud, Gilson Macedo Rosenburg Filho, Raphael Madeira Abad, Walker Araujo, José Renato de Deus e Muller Nonato Cavalcanti Silva (suplente convocado).

## Relatório

Por bem retratar os fatos, adoto e transcrevo o relatório da decisão de piso de fls.375-381:

*A empresa qualificada em epígrafe foi autuada em virtude da apuração de falta de recolhimento da Contribuição para o PIS dos períodos de janeiro a setembro de 1995, novembro de 1995 a fevereiro de 1996, e janeiro a maio de 1999.*

*2. Conforme descrição dos fatos de fl. 3, a insuficiência de recolhimento dos períodos de 1995 e 1996 se deveu ao recolhimento da contribuição com base na aplicação da alíquota de 0,65% sobre a receita operacional, quando o correto seria de 0,75% sobre o faturamento. A falta de recolhimento dos períodos de 1999 foi levantada em função do indeferimento de pedido de compensação, que pretendia extinguir tais créditos.*

*3. Pelos demonstrativos de fls. 5 a 11, o autuante apurou os débitos que resultaram no lançamento de R\$ 128.754,62, sendo R\$ 62.094,36 de contribuição, R\$ 20.089,55 de juros de mora e R\$ 46.570,71 de multa proporcional.*

*4. A base legal do lançamento encontra-se As fls. 4 e 11. 5. Devidamente científicada em 24/03/2000, conforme declaração firmada no próprio corpo do auto de infração A fl. 2, a interessada apresentou em 24/04/2000, representada por Carvalho, Pereira e Advogados Associados, a impugnação de fls. 80 a 115.*

*6. Nela a impugnante alegou, em sede de preliminar:*

*6.1. O auto de infração apresenta fundamentação contrária à lei, pois os diplomas legais que vigiam a época dos fatos geradores de janeiro de 1995 a fevereiro de 1996 eram os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, e a Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, que determinavam a aplicação da alíquota de 0,65% sobre a receita operacional bruta e o faturamento, respectivamente.*

*6.2. Os débitos referentes ao período de janeiro a maio de 1999 são objeto de discussão em processo de compensação, configurando-se a duplicidade de lançamento.*

*6.3. Tais preliminares acarretam a nulidade do auto de infração.*

*7. Quanto ao mérito, argumentou que, no período de janeiro de 1995 a fevereiro de 1996, efetuou os recolhimentos segundo a legislação em vigor, citando Parecer da PGFN e doutrina. Assim, o autuante deixou de agir com a vinculação legal imposta pelo CTN.*

*8. Com relação aos períodos de 1999, produziu um extenso arrazoado sobre seu direito à compensação de valores recolhidos a maior com base nos decretos-leis citados, argumentando que o processo de compensação encontra-se em fase recursal no Conselho de Contribuintes, e que os créditos exigidos coincidem com os do "Auto de Infração nº 10855.002944/98-10" (sic — fl. 101).*

*9. Suscitou a litispendência entre o presente processo e o de compensação, por versarem sobre a mesma lide.*

10. Prosseguiu alegando que a apresentação do recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes suspendeu a exigibilidade do crédito, não podendo o mesmo ser objeto da autuação.

11. Disse ainda que os créditos estariam suspensos também em função de liminar e segurança concedidos em Ação de Mandado de Segurança (nº 98.0904167-5), garantindo-lhe o direito à compensação dos recolhimentos indevidos.

12. Discorreu longamente sobre a base de cálculo da Contribuição para o PIS nos termos da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, defendendo a tese de que ela é o faturamento do sexto mês anterior ao do fato gerador, citando jurisprudência.

13. Por fim, requereu a declaração de nulidade do auto de infração, ou ao menos sua insubstância.

A DRJ julgou parcialmente procedente o lançamento fiscal para manter apenas a cobrança dos débitos cujo fato gerador ocorreu entre 31.01.1999 a 31.05.1999, nos termos da ementa abaixo:

*Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário*

*Período de apuração: 01/01/1995 a 30/09/1995, 01/11/1995 a 28/02/1996, 01/01/1999 a 31/05/1999*

*Ementa: CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO. SEGURANÇA JURÍDICA. Em respeito ao princípio da segurança jurídica, é incabível o lançamento do PIS por insuficiência de recolhimento em relação à LC nº 7, de 1970, quando o contribuinte houver extinto totalmente o crédito tributário de acordo com os diplomas legais então vigentes, mas posteriormente declarados inconstitucionais.*

*SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. O recurso voluntário interposto em processo que aprecia pedido de compensação não tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário constituído em processo decorrente do indeferimento de solicitação feita naquele.*

*PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. EFEITOS. A menção a débitos, vencidos ou vencendos, no âmbito de processo de pedido de compensação, não tem o efeito de constituir créditos tributários, atividade privativa e vinculada da autoridade administrativa.*

Cientificada de decisão recorrida em 15.01.2003 (fls.392), a Recorrente interpôs recurso voluntário em 07.02.2003 (fls. 393-417), trazendo em sua peça recursal os seguintes tópicos: (i) nulidade da decisão recorrida; (ii) compensação efetuada com supedâneo da decisão proferida no MS nº 98.0904167-5; (iii) nulidade da decisão recorrida em decorrência do processo administrativo nº 10855.002944/98-10; e (iv) exigência de multa e juros.

Às folhas 481-484, foi proferido despacho convertendo o feito em diligência nos seguintes termos:

---

*A empresa qualificada em epígrafe foi autuada em virtude da apuração de falta de recolhimento da Contribuição para o PIS dos períodos de janeiro a setembro de 1995, novembro de 1995 a fevereiro de 1996, e janeiro a maio de 1999.*

*Conforme descrição dos fatos de fl. 3, a insuficiência de recolhimento dos períodos de 1995 e 1996 se deveu ao recolhimento da contribuição com base na aplicação da alíquota de 0,65% sobre a receita operacional, quando o correto seria de 0,75% sobre o faturamento. A falta de recolhimento dos períodos de 1999 foi levantada em função do indeferimento de pedido de compensação, que pretendia extinguir tais créditos.*

*A DRJ de Ribeirão Preto/SP, em Acórdão de nº 2.786, fl. 357, decidiu pela procedência parcial com cancelamento dos créditos dos meses de janeiro a setembro de 1995 e novembro de 1995 a fevereiro de 1996, mantendo o restante do lançamento.*

*A interessada ingressou na 18 Vara Federal de Sorocaba/SP com Mandado de Segurança pedindo a compensação dos créditos de PIS com PIS, alegando, o que foi concedido.*

*Apresentando dentro do prazo legal Recurso Voluntário a este Colegiado, a interessada pede a insubsistência do auto de infração.*

*Considerando que a decisão da DRJ em Ribeirão Preto/SP foi parcialmente favorável à contribuinte, converto o presente processo em diligência para a DRF em Sorocaba/SP verificar, junto ao estabelecimento da contribuinte, se após a compensação feita ainda existem débitos para com a Fazenda Pública Nacional.*

Em cumprimento à diligência solicitada por este Colegiado, fiscalização prestou as informações às fls. 577-578, com as seguintes conclusões:

(...)

*Conforme se pode verificar, os débitos de PIS dos períodos de apuração compreendidos entre 01/1999 e 04/1999, todos integrantes do presente processo administrativo, foram objetos de compensação no processo nº 10855.002944/98-10.*

*De outro lado, diferentemente do quanto alegado pelo contribuinte, o débito de PIS do período de apuração de 05/1999, no valor original de R\$ 8.464,94, lançado no auto de infração, não integrou nenhum dos pedidos de compensação tratados no processo nº 10855.002944/98-10.*

*De acordo com as DCTF do 2º trimestre apresentadas pelo contribuinte, original e retificadora, fls. 573, foram informados os seguintes débitos de PIS para o período de apuração de 05/1999, com os respectivos créditos vinculados, a saber:*

(...)

*A partir das informações prestadas pelo contribuinte na DCTF original, enviada em 13/09/1999, após a realização das verificações sistêmicas, não foram validadas as informações de “Outras Compensações e Deduções”, de forma que o valor de R\$ 11.977,07 foi objeto de cobrança administrativa e posterior envio à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa.*

*Conforme relatório “Resultado de Consulta da Inscrição” de fls. 574/576, a parcela de PIS do período de apuração 05/1999 foi inscrita em dívida ativa em 13/02/2004, e encontra-se na situação: “ATIVA AJUIZADA”, com o processo*

---

*tratando na 2ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo – Processo nº 200461820414809.*

Cientificada das informações fiscais, a Recorrente questionou a cobrança do saldo remanescente, concernente ao período de 05/1999, sem justificar o motivo do não pagamento do débito, afirmando o quanto segue:

*A intempestividade relativa à compensação do PIS do mês de maio/1999 decorreu por motivos alheios à Requerente, tendo o débito lançado sido inscrito em dívida ativa da União antes mesmo do término ou exaurimento do processo administrativo instaurado por força da impugnação interposta pela ora Requerente.*

*Neste ponto, cumpre observar que o lançamento, no tocante ao objeto da diligência atendida pela Receita Federal, ou seja, no tocante ao débito remanescente, é completamente nulo — seja por que reconhece a inexistência do débito de PIS do período de janeiro a abril de 1999 e, em relação a mês de maio do mesmo ano o débito já se encontrava inscrito em dívida ativa antes mesmo da interposição do presente Recurso Voluntário, ocorrido em 07/fev/2003, fls.*

*Pelo exposto, é a presente para reiterar todos os termos do Recurso Voluntário interposto pela Requerente no sentido de que o mesmo seja integralmente conhecido e provido para o fim de reformar a r. decisão de primeira instância e, por fim, cancelar o lançamento remanescente da r. decisão recorrida — reconhecendo-se a nulidade do lançamento remanescente (janeiro a maio de 1999), à medida em que resta exaustivamente demonstrada a inexistência de débito relativo ao período de janeiro a abril (por força da extinção operada por regular compensação) e a inexistência de débito relativo a maio em razão da preclusão da matéria por renúncia da jurisdição administrativa (débito objeto da execução fiscal n.º 004180-75.2004.4.03.6182, em trâmite perante a 2ª Vara das Execuções Fiscais da Seção Judiciária de São Paulo).*

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Walker Araujo - Relator

### I. Admissibilidade

O recurso é tempestivo e atende os demais requisitos de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

Salienta-se que as alegações recursais da Recorrente serão analisadas somente em relação ao período de janeiro a maio de 1999, considerando que para os períodos anteriores a DRJ já reconheceu o pagamento do débito.

### II - Preliminar - Nulidade da decisão recorrida

Em sede recursal, a Recorrente pede a nulidade da decisão recorrida por erro de capituloção, a saber:

*Finalmente, relativamente ao período compreendido entre janeiro e maio de 1999, o Ilmo. Agente Fiscal, da Delegacia da Receita Federal, em Sorocaba, houve*

---

*por bem autuar a RECORRENTE alegando a ausência de recolhimento, em virtude do indeferimento, através do Despacho Decisório nº 895/99 da SASIT/DRF/Sorocaba do "Pedido de Compensação", objeto do Processo Administrativo nº 10855.002944/98-10.*

*Ora, como se denota acima, a par das demais irregularidades que serio apontadas na seqüência, o lançamento it débito do PIS, referente ao período compreendido entre janeiro e maio de 1999, é totalmente nulo, pois, como o próprio Ilmo. Agente Fiscal reconheceu, existia como de fato ainda existe um processo administrativo anterior discutindo os supostos débitos da Contribuição ao PIS, deste período, configurando-se a duplicitade de lançamento de um mesmo débito.*

Ao contrário do entendimento explicitado pela Recorrente, o processo administrativo 10855.002944/98-10 por não constituir o lançamento de tributos, visando averiguar tão somente a liquidez e certeza do crédito, não impede a lavratura de Auto de Infração. Lá se discute o crédito, aqui o objeto da lide refere-se ao débito cobrado pela fiscalização. Procedimentos distintos que não se confundem.

Além disso, o MS impetrado pela Recorrente para ter seu direito de compensação analisado nos autos daquele processo, também não impede a fiscalização de lavrar o presente Auto de Infração e cobrar os débitos que estavam sendo discutidos administrativamente em outro processo, inexistindo, assim, qualquer irregularidade na lavratura do presente auto.

Por fim e não menos descabida é alegação da Recorrente no sentido de que o reconhecimento da inexistência do débito de PIS do período de janeiro a abril de 1999 acarreta nulidade ao auto de infração.

Isto porque, o reconhecimento parcial da inexistência de débito não é causa de nenhuma hipótese prevista no artigo 59, do Decreto nº 70.235/72, acarretando, tão e somente, sua exclusão da cobrança.

Neste cenário, rejeito as nulidades arguidas pela Recorrente.

### **III - Mérito**

Meritoriamente, a questão cinge-se quanto a exigência dos tributos relativos ao período remanescente de janeiro a maio de 1999, considerando que a decisão recorrida afastou a exigência dos períodos anteriores.

Em relação aos débitos de janeiro a abril de 1999, constatasse que a fiscalização prestou esclarecimentos admitindo que os débitos desse período foram pagos mediante compensação objeto do processo nº 10855.002944/98-10, motivo pelo qual, devem ser excluídos do lançamento fiscal.

No que diz respeito do débito de maio de 1999, entendo que as alegações apresentadas pela Recorrente se prestam para afastar a cobrança do período de maio/99, posto que o fato do débito ter sido encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial implica na inexigibilidade do crédito, considerando que foi declarado de forma expontânea, antes do termo de início e da ciência do Auto de Infração, não devendo, assim, ser lançado nestes autos para cobrança administrativa.

Com efeito, a DCTF é constituição dívida e o débito declarado à época foi executado diretamente, inexistindo, assim, motivos para cobrá-lo administrativamente.

**IV - Conclusão**

Diante do exposto, rejeito a preliminar de nulidade e, no mérito, dou provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Walker Araujo